

REFLEXÕES POR UM CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE URBANISMO

José Lázaro de Carvalho Santos¹

Resumo

O Urbanismo é um campo do conhecimento, ora considerado como ciência ora como técnica, que tem a cidade como principal objeto de estudo e intervenção. Surge como campo do conhecimento, no final do século XIX, na Europa, período pós-revolução industrial, em busca de transformações necessárias à realidade caótica das cidades. No entanto uma maior maturidade teórica só foi alcançada no século XX. Observa-se hoje que ainda conserva-se um conceito tradicional sobre o mesmo, como preso a aspectos estético-funcionais. Porém o Urbanismo ultrapassou largamente esta visão, não se limitando a uma simples técnica do engenheiro ou do arquiteto para intervir no espaço urbano, pois abrange o campo da comunidade, da planificação social. Por isto é necessária uma abordagem sobre sua epistemologia, de forma mais crítica e ampla, rompendo paradigmas. O estudo sobre a realidade do espaço urbano (e regional) e suas manifestações concretas, para intervir na busca de uma melhor qualidade de vida constitui na essência do urbanismo, sendo que este espaço sofre transformações permanentes. O texto busca uma reflexão crítica sobre o Urbanismo, desde quando surgiu como suposta ciência que estuda a cidade e intervêm nos seus espaços, utilizando uma revisão bibliográfica de vários autores que abordam o seu conceito.

1. Introdução

O presente texto busca uma reflexão sobre o Urbanismo enquanto campo do conhecimento que se aplica ao estudo e investigação sobre a realidade do espaço urbano (e regional) e suas manifestações concretas, o que permite então agir, planejar e gerir este espaço. É feita uma reflexão crítica sobre o mesmo, desde quando surgiu como suposta ciência que estuda a cidade e intervêm

¹ Bacharel em Urbanismo e especialista em Gestão Pública Municipal, pela Universidade do Estado da Bahia, Mestrando em Engenharia Ambiental Urbana, na Universidade Federal da Bahia.

nos seus espaços. Para tanto é realizada uma revisão bibliográfica de vários autores que abordam o seu conceito sob diversos prismas.

Escrever este artigo se faz por uma preocupação pela maneira que o Urbanismo é entendido no ambiente profissional, em instituições públicas, empresas e organizações sociais que são agentes de planejamento urbano e regional, e também da gestão, assim como nas Universidades e centros de pesquisa voltados para o estudo da cidade, da questão urbana.

Em busca de intervir no espaço urbano, temos sempre a palavra “Urbanismo” empregada para denominar uma área de conhecimento ou uma técnica de intervenção nestes espaços, e até mesmo uma ciência de planejamento e organização dos espaços urbanos. Assim ouve-se falar em “planos de Urbanismo”, “Urbanismo Moderno”, “Código de Urbanismo e Obras”, etc. Deste modo, diante das diversas aplicações do termo e da complexidade do mesmo tende-se a criar distorções, sem uma discussão em torno do seu conceito, sua epistemologia. Porém sabe-se que este termo aparece historicamente, e geralmente, empregado quando há referências à elaboração de conjunto de propostas de intervenção física no espaço urbano, especialmente no seu traçado, para o seu embelezamento ou melhoria da infra-estrutura especialmente, ou para melhorar o saneamento e a circulação, utilizando-se de técnicas de arquitetura ou de engenharia.

O texto divide-se em cinco partes, a primeira parte trata do Urbanismo e o estudo da cidade; na segunda parte aborda-se o seu conceito, além do surgimento enquanto campo do conhecimento; na terceira parte, tratar-se-á de considerações sobre a teoria e a prática do Urbanismo dentro de uma abordagem histórica; inclusive é feita uma breve reflexão histórica sobre a teoria e a prática do Urbanismo no Brasil; por fim são feitas as conclusões, que na verdade são provocações para um melhor entendimento sobre o tema aqui abordado.

É importante ressaltar que este texto não se propõe a esgotar a discussão sobre o conceito de Urbanismo, mas sim fazer com que seja dada uma contribuição crítica para a abordagem do mesmo, buscando romper com certos paradigmas tradicionais, na busca de

entender como o mesmo se constituiu como campo do conhecimento voltado ao estudo da cidade.

2. Urbanismo e cidade

A cidade é tida como o principal objeto de estudo do Urbanismo(o que revela um dualismo), sendo muito mais do que uma aglomeração de pessoas e construções num determinado espaço territorial. É o lugar para onde converge o fluxo de capital econômico, social, financeiro, advindo de várias localidades que estabelecem com ela relações sociais, políticas e econômicas, e enfim, onde se concentram os bens de reprodução do capital e a força de trabalho. Isto demonstra a complexidade do que é a cidade. Na cidade acontecem intensas relações sociais de troca, de movimento, de poder e por isso é dinâmica. Seus espaços são dinâmicos e se transformam no decorrer do tempo em virtude de todos estes e outros fatores.

Observou-se então nos últimos anos um crescimento surpreendentemente das cidades, em tamanho, população e densidade, o que trouxe para ela a concentração dos problemas que afligem a humanidade, desafiando a sociedade.

A sociedade em que vivemos tornou-se essencialmente urbana a partir do período do final do séc. XIX, pós-revolução industrial, e assim os problemas urbanos começaram a se acentuar, diante do aumento da população nas cidades decorrente do êxodo rural, em busca de oportunidades de trabalho e sem condições dignas de qualidade de vida. A partir daí várias cidades cresceram em tamanho e população e se transformaram em metrópoles, extrapolando seus limites territoriais formando conurbações (várias cidades inter relacionadas num tecido urbano contínuo). Então surgem propostas na tentativa de buscar soluções para estes problemas, com uma pretensão científica, e também se criam modelos de desenvolvimento urbano para as cidades, muitos deles utópicos a fim de se organizar os espaços da cidade, os seus territórios, suas diversas atividades. Neste contexto é que surge o Urbanismo.

A partir do séc. XIX surgiram vários modelos de desenvolvimento urbano, em busca de solução para os problemas decorrentes do grande processo de urbanização das cidades

européias, na tentativa de se criar a cidade ideal, tidos como teorias, que se tornaram utópicas, a exemplo das idéias de Fourier, com o *falanstério*, de Howard que idealizava a *Cidade-jardim*, e de Tony Garnier, com a teoria da cidade industrial (CHOAY, 1965). Naquela época, grandes cidades como Londres e Paris, apresentavam crescimento populacional bastante acelerado, no período da Revolução Industrial, quando grandes contingentes populacionais migravam do campo para a cidade em busca de trabalho, e então se criaram grandes aglomerados populacionais nos quais as pessoas que pertenciam à classe operária viviam em péssimas condições de vida, principalmente de higiene, muitas delas sem ter aonde morar, ou habitando em locais insalubres e desconfortáveis. Houve então a partir daí uma grande discussão em diversas áreas do conhecimento na busca por soluções para estes chamados “problemas urbanos”. Naquela época, da revolução industrial, dos movimentos sociais e dos racionalismos que emergiam, ainda não se tinha um conceito de Urbanismo aprimorado, e nem o mesmo era considerado como uma área do conhecimento ou ciência de organização dos espaços urbanos, o que só acontece alguns anos depois, no início do séc. XX (CHOAY, 1965).

A observação e a reflexão sobre os problemas da cidade² assumem ainda no século XIX, outras vertentes de pensamento. Uma delas seria descritiva, observando os fatos isoladamente ordenando-os de maneira quantitativa, coma aplicação da Estatística à Sociologia então nascente a fim de formular teorias de crescimento da cidade. Uma outra seria constituída por pensadores políticos e traria a polemização sobre os problemas de higiene e das grandes cidades industriais européias e norte americanas, assim como a habitação da população oriunda das classes sociais menos favorecidas. Alguns destes pensadores como Marx e Engels analisaram estes problemas dentro de uma lógica referente à ordem econômica e social para a organização do espaço urbano promovida pela industrialização não associada à lógica do desenvolvimento da economia, mas para a produção e comercialização em larga escala e a concentração do capital gerado nas classes dominantes.

O território da cidade é formado pelos fluxos de mercadorias e pessoas, sendo ela (a cidade) a configuração da estrutura social, e a

² Refiro-me aos problemas da sociedade urbana.

materialização desta estrutura no território³. As transformações no espaço urbano são fruto não só das relações intra-urbanas, mas de relações regionais e globais, já que a cidade não é um lugar fechado em si, ela assume relações que ultrapassam a esfera local e regional, e isto exige que se tenha uma visão da cidade inserida num contexto político-econômico mais abrangente.

A cidade ideal se apresenta como fruto dos valores éticos, filosóficos e sociológicos de cada cultura e de cada época. As teorias da cidade evoluem e enriquecem, por isso é difícil saber como é a cidade ideal, já que algum tempo depois da sua definição ela já não vai corresponder às expectativas da época. Assim, o Urbanismo não pode ser observado apenas sob o ponto de vista de uma técnica de estudo e intervenção física do espaço, pois quando de intervém na sua morfologia, ele necessita ser estudado e planejado conhecendo os aspectos sociológicos, filosóficos, históricos, etc. e sendo que uma cidade é resultado das diversas mudanças que ocorrem na sociedade, e que lhe impõe transformações (BONET CORREA, 1989).

Há de se entender, entretanto, que o conjunto de ações de intervenção no espaço urbano historicamente muitas vezes está voltado para a dominação e de poder político pelas elites⁴, causando a segregação sócio-espacial. Assim o estudo do Urbanismo merece uma abordagem crítica enquanto ciência, área de conhecimento ou instrumento de intervenção no espaço urbano⁵, voltando-se principalmente para como o seu conceito é entendido no Brasil e outros países, pois se trata de uma ciência ou campo do conhecimento de grande complexidade.

³ Um exemplo disto é a configuração da cidade latino-americana, criada como instrumento de ocupação e dominação do território e não de elementos intrínsecos que façam-na surgir (ou seja, o produto de relações sociais). O que seria um processo inverso do observado na cidade européia.

⁴ Proprietários dos meios de produção, incorporadores, grandes imobiliárias, empresas construtoras, etc.

⁵ É importante aqui entender que espaço urbano é colocado como o que abrange todas as suas áreas de influência, inclusive o meio rural, pois não se pode desprezar as relações sócio-econômicas, culturais e espaciais, sobre tudo de troca então existentes.

3. O Surgimento do Urbanismo e a formação do seu conceito

O Urbanismo é considerado como uma ciência que nasceu no final do século XIX, para o estudo, a organização e intervenção no espaço urbano, como prática das transformações necessárias à realidade caótica das condições de habitação e salubridade em que viviam os habitantes de grandes cidades européias, na época da revolução industrial. Entretanto uma maior maturidade teórica só foi alcançada então no final do século XX. Como área do conhecimento autônomo pode ser considerado recente (BONNET CORRERA, 1989). Surgiu para estudar e buscar soluções para os problemas da cidade, sendo esta um espaço em transformação permanente, que, no entanto se for observada durante um curto período de tempo pode parecer estática.

Existem várias versões para o surgimento do termo "Urbanismo", porém a mais difundida é de origem francesa. Segundo Bardet (1990) este termo surgiu por volta de 1910, na França, no *Bulletin de la Société Géographique* para denominar uma "nova ciência" que se diferenciava das artes urbanas anteriores por seu caráter crítico e reflexivo e, pela sua pretensão científica, sendo epistemologicamente o estudo da cidade (*urbe*, do latim significa cidade). Alfred Agache, um arquiteto (ou arquiteto-urbanista), se autodenomina como criador do termo (AGACHE, 1931), e conceitua o Urbanismo como:

"Uma ciência, e uma arte e, sobretudo uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras".

No entanto, Segundo Bonet Correa (1989) o termo Urbanismo teria sido criado em 1868, quando Cerdá escreveu a *Teoría General de la Urbanización*. O seu surgimento teria acontecido em 1910, quando teria sido apresentado no Congresso de Londres onde se reuniram vários dos estudiosos pioneiros no campo do Urbanismo. Neste ano seria utilizado pela primeira vez o termo "Urbanismo" e se realizou a primeira exposição sobre o mesmo, que teve lugar em Berlim, na Alemanha.

De acordo com o conceito de Agache, é possível perceber que o Urbanismo teve, de início, uma preocupação com a composição plástica em acordo com os valores dominantes da sociedade, e que se colocava de maneira se favorecesse ao modo de vida coletivo na cidade assim como o poder das instituições, e a organização ou ordenamento da ocupação do solo, das fachadas, da segurança, e da circulação, o que pode ser observado desde a idade antiga.

O estudo, assim como a prática profissional do Urbanismo, inicialmente esteve associada à Arquitetura e às belas artes (pois a Arquitetura surgiu das Belas Artes), por isto muitas vezes se dá ênfase aos aspectos construtivos e artísticos, ou estéticos, e por isto ainda se tem um entendimento vago, como campo científico e profissional. É entendido por muitos, ainda, como mero complemento da Arquitetura e do Design, voltado ao projeto do traçado urbano.

Para outros estudiosos o Urbanismo traz uma noção que o abrange de forma que ele seja tão velho quanto a civilização urbana, como se o termo já existisse desde que quando o homem cria uma organização morfológica para o espaço das cidades (HAROUEL, 1990), pois desde que surgiram as primeiras comunidades havia indícios de uma organização hierárquica de espaços de poder (a exemplo da *Polis* grega e a *Civitas* romana, na civilização antiga), ou para a defesa do território, o que nos leva a crer que o Urbanismo já se praticava como ação de ordenamento do território, porém sem um caráter científico⁶.

⁶ Ainda há muito a descobrir sobre a origem das primeiras cidades, porém existem vestígios que testemunham a preocupação com a organização hierarquizada dos espaços desde pelo menos o 4º milênio antes de Cristo. Em cidades antigas situadas nos vales dos grandes rios - do Nilo, no Egito, ao Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, ao Indo, na Índia, e ao Huang-Ho, na China - que se encontram os aglomerados que representam, mais que pelo seu tamanho, a cidade como resultado de "uma enorme mobilização de vitalidade, poder e riqueza", como diz Lewis Mumford. Isto corresponde em geral a definições precisas de espaços construídos e de espaços de circulação, em malhas ordenadas, de que o exemplo mais marcante é a retícula de vias ortogonais, com espaços focais destinados às presenças mais importantes da cidade, normalmente o palácio ou o templo.

Existe ainda um conceito originário da Sociologia Urbana francesa, que trata o Urbanismo como um modo de vida urbano, que estaria associado ao modo sócio-cultural de vida nas cidades (WIRTH, 1973), o que difere de uma abordagem mais específica sobre o mesmo enquanto ciência ou campo do conhecimento, que não se aplicaria ao objetivo deste texto e, no entanto não é considerado aqui como foco principal.

4. Considerações sobre a teoria e a prática do Urbanismo dentro de uma abordagem histórica

Observa-se que houve grandes discussões técnico-científicas sobre o Urbanismo nos CIAM's e outros congressos internacionais realizados na primeira metade do séc. XX, quando foram discutidos muitos dos postulados básicos, seguidos posteriormente por muitos planejadores em diversas partes do mundo, principalmente no ocidente.

Em 1933, no CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – realizado em Atenas, se estabeleceram os princípios do “Urbanismo Moderno”, e se produziu um documento que ficou conhecido como *A Carta de Atenas*. Este documento é fruto das reuniões do CIAM, tendo sido publicado oito anos depois, em Paris, tornando-se referência para muitos urbanistas por muitos anos, sob forte influência da corrente francesa principalmente das idéias funcionalistas de Le Corbusier (grande promotor e divulgador destas idéias), sendo a versão mais conhecida dos CIAM no mundo⁷. Existiram ainda outros congressos além dos CIAM, como o CIRPAC, que na época também discutiram o Urbanismo enquanto prática profissional e científica e cujo conteúdo é muito menos conhecido do que a Carta de Atenas, e que trazia um conteúdo diferenciado (SAMPAIO, 2001).

Desta maneira o Urbanismo ainda conservou algumas das suas bases tradicionais de pensamento. É considerado ainda por muitos como de domínio dos arquitetos, que são tidos como “especialistas no assunto”, porém geralmente com base em aplicações práticas e despolitizadas segundo Choay (1965), e considerado ainda segundo muitos técnicos (arquitetos e engenheiros) uma ciência “em função de novas técnicas de

⁷ É importante ressaltar que existiram outras versões para a mesma Carta de Atenas, que, no entanto traziam a mesma fórmula da “cidade funcional”, ou cidade ideal moderna.

construção e do estilo de vida e das necessidades próprias de homem do séc. XX”, que seriam as funções estabelecidas pela Carta de Atenas (Habitar, Circular, Trabalhar, Cultivar o corpo e o espírito), sendo esta a forma de se pensar a cidade do séc. XX, após a 2^a Guerra Mundial, quando se fez a reconstrução de muitas cidades européias. Sob esta visão teórica e profissional, pioneira na prática do Urbanismo, a cidade é vista como um objeto técnico, determinado e exato (Le Corbusier, 1992), sem uma atenção maior para as questões sociais, históricas e culturais que permeiam o espaço urbano.

Segundo Sampaio (2001), o Urbanismo, principalmente a partir da época do chamado “Modernismo”, entre as décadas de 30 e 40, do séc. XX foi estudado e praticado de acordo com o desejo de inserção dos arquitetos na problemática urbana, numa tentativa de deslocar o discurso arquitetônico (das obras de arte) para o campo urbanístico, porém a atividade profissional ficou dividida entre o paradigma do individualismo do projeto e o paradigma do Urbanismo multidisciplinar. Isto poderia ser considerado justamente a divisão de correntes entre arquitetos, ou “arquitetos-urbanistas”, que teriam uma visão mais próxima do individualismo de projeto⁸, e dos urbanistas, mais preocupados com o caráter multidisciplinar na análise e busca de soluções sobre os problemas da cidade (Sampaio, 2001).

Quando se observou um grande avanço na sua prática, a partir dos anos 50, do século XX, numa necessidade de renovação urbana nas cidades no pós-guerra, houve também uma explosão de idéias e doutrinas teóricas ao passo que o Urbanismo passava então a ser centro das atenções de arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, historiadores, filósofos e escritores, como uma ciência (BONET CORREA, 1989; CHOAY, 1965). A partir de então se desenvolveu um caráter mais crítico sobre os problemas urbanos, e mais analítico, com grande contribuição teórica de várias áreas do conhecimento.

Porém muitos consideram, equivocadamente, como se o Urbanismo fosse, “de fato e de direito essencialmente pertencente à tradição do saber arquitetônico” Souza (2002) baseados nas

⁸ O que parece ainda persistir dentro de ótica corporativista, mas acredito que esta visão esteja ultrapassada.

premissas de Le Corbusier (1984:4, *apud.*: SOUZA, 2002) que afirmou:

“(...) o urbanista nada mais é que o arquiteto. O primeiro organiza os espaços arquitetônicos, fixa o lugar e a destinação dos continentes construídos, liga todas as coisas no tempo e no espaço por meio de uma rede de circulações. E o outro, o arquiteto, ainda que interessado numa simples habitação e, nesta habitação numa mera cozinha, também constrói continentes, cria espaços, decide sobre circulações. No plano do ato criativo são um só o arquiteto e o urbanista(...)”.

O interessante é que esta premissa é usada até os dias atuais, equivocadamente, por muitos estudiosos e profissionais, quando se referem ao Urbanismo, e afirmado muitas vezes como forma de ainda mantê-lo como mera extensão da Arquitetura, na teoria e na prática. De acordo com esta premissa a cidade é pensada e planejada funcionalmente como se fosse uma edificação. Assim tais premissas revelam uma preocupação normativa muito rígida e ultrapassada por desconsiderarem que as atividades podem coexistir harmoniosamente no espaço urbano, sem tanta rigidez funcional e ainda os aspectos políticos e sociais que influem na sua configuração.

Com base num documento bastante atual resultante de estudos sobre o Urbanismo desenvolvidos na Europa e outros países podemos chegar à conclusão de que existe realmente uma distinção entre Arquitetura e Urbanismo quanto aos elementos de estudo, de tomada de decisão, e de intervenção:

“...a composição urbana difere fundamentalmente da arquitetura pelo fato de que a “cidade” e o “edifício” não têm o mesmo ritmo temporal. Enquanto que a Arquitetura se renova rapidamente o espaço urbano em si está mais vocacionado para a longa duração. Por isso, os dados que conduzem à tomada de decisão arquitetônica ou urbana ao serem diferentes na sua essência implicam saberes diferentes capazes de organizar e utilizar esses mesmos dados(...) Igualmente devemos referir uma outra diferença que é fundamental. A escala do projeto urbano engloba “o todo”, ao passo que a escala arquitetônica corresponde ao edifício e eventualmente ao seu redor mais próximo. Desenhar o espaço urbano com as ferramentas da arquitetura é produzir um

espaço formal desenraizado dos enquadramentos que referimos. Esse “todo” é a sociedade e território no seu conjunto, inscritos num passado (da memória), presente (que se vive) e futuro que se perspectiva.(...) (ULHT, 2003).

Nota-se então uma diferença entre as escalas de intervenção espacial e temporal da Arquitetura e do Urbanismo, que são escalas distintas. São duas áreas do conhecimento distintas, e não uma só, mas que têm relações interdisciplinares.

Alguns autores tentam definir o Urbanismo como algo que não é ciência, nem arte, mas que compreende tudo que diz respeito à vida social do homem, como indivíduo isolado e como parte da coletividade e que o mesmo é multidisciplinar, e por haver essa diversidade de campos, exige que vários profissionais trabalhem em conjunto, a fim de se chegar a uma solução não fragmentada ou que deixe de abordar alguma questão específica, de modo que o conjunto das soluções parciais conduza a uma solução complexa satisfatória⁹. Outrora, muitas vezes se coloca o termo como uma técnica de planejamento urbano, *stricto sensu*, que visa disciplinar e/ou ordenar o crescimento da cidade em decorrência do processo de urbanização, atendendo à demanda crescente por infra-estrutura, serviços e abastecimento, visando assim melhorar a qualidade de vida da população urbana, e a concretização desta oferta de infra-estrutura, a urbanificação, seria a medida de intervenção no espaço urbano, que deveria atingir principalmente as camadas mais carentes da sociedade.

Lacaze, em seu livro Métodos do Urbanismo (LACAZE,1993) coloca que o Urbanismo não pode ser considerado como uma ciência, nem tampouco como uma técnica, e o mesmo não se reduz a uma arte de desenho de formas urbanas, devendo ser estudado e analisado como um ato de poder. Nesta mesma obra, o autor citado questiona assim a cientificidade do Urbanismo, com base nas experiências de intervenção no espaço urbano desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1990, quando afirma que o Urbanismo não pode pretender ser uma ciência que baste para justificar a escolha de soluções temáticas, já que o mesmo vem sendo, desde o seu surgimento enquanto ciência ou técnica, um instrumento para a

⁹ Revista Politécnica – Comissão editorial da USP, SIMENZA, Marco, 1941

reforma urbanística, promovendo o controle social do espaço urbano, que se concebe como ordenação do espaço urbano.

Mazzaroli (Op. Cit.: Mukai,1989), define Urbanismo como:

“(...)a ciência que se preocupa com a sistematização e desenvolvimento da cidade, buscando determinar a melhor posição das ruas, dos edifícios e obras públicas, de habitação privada, de modo que a população possa gozar de uma situação sã, cômoda e estimada(...)”

Assim o Urbanismo é visto como técnica de intervenção no espaço urbano¹⁰, quanto ao ordenamento morfológico do espaço urbano, e se aproxima do conceito de Agache, citado anteriormente¹¹.

De acordo com o conceito funcionalista clássico de Urbanismo, a cidade é vista como um organismo vivo, que funciona como um sistema espacial e social determinado que deveria ser ordenada de acordo com uma metodologia concreta. Daí resultaram grandes e extraordinários planos urbanísticos de (re) qualificação do espaço urbano sob o aspecto espacial-construtivo, para a renovação ou construção de cidades, planejadas dentro de modelos apriorísticos (SOUZA, 2003), muitas vezes utópicos que traziam a criação de pressupostos ditos como necessários para o desempenho das “funções urbanas” ou “funções sociais” da cidade (já citadas anteriormente) submetidas a intenções políticas, sociais ou unicamente artísticas. Estas funções estavam dispostas na famosa Carta de Atenas, como postulado universal, e deveriam ser espacializadas na cidade, ou seja, separadas no espaço urbano, o que seria a segregação as atividades em razão de uma suposta

¹⁰ É importante ressaltar que o entendimento do urbanismo enquanto técnica considera a busca a melhor fluidez e a salubridade do meio físico e social, e ainda a questão estética como formadora de uma nova imagem da cidade e de uma nova sociabilidade (FERNANDES, SAMPAIO e GOMEZ, A Constituição do Urbanismo Moderno na Bahia (1900-1950): Construção Institucional, Formação profissional e Realizações)

¹¹ Então percebe-se uma busca para se instaurar uma ordem funcional aos setores da cidade, contribuindo assim para manter através dos seus planos, a ordem social interessante às classes dominantes e a organização e do espaço urbano, assim como as intervenções urbanísticas, conforme os seus interesses de acumulação do capital, seguindo um conceito funcionalista clássico.

ordem funcional. Daí surge o Urbanismo Moderno, que se baseia nas premissas que consideravam as intervenções urbanas devem ser feitas com o intuito de eliminar os “males” provenientes do processo de urbanização como se fossem “ações cirúrgicas”, em que simplesmente se eliminam os espaços degradados ou se transformam estes espaços em espaços belos e salubres. Este pensamento se adequaria a uma corrente denominada progressista (CHOAY, 1965) que desconsidera elementos sócio-culturais e históricos, na busca por uma cidade ideal, e assim se busca a reprodução do espaço para demonstrar uma imagem que talvez não seja condizente com sua realidade, bastante difundido por Le Corbusier, em várias partes do mundo como modelo de Urbanismo.

Este “modelo de Urbanismo”, denominado de Urbanismo Moderno, sofreu muitas críticas, pelo racionalismo e o reducionismo trazido dos modelos teóricos criados (SOUZA, 2003), já que não seriam aplicáveis a qualquer parte do mundo como premissas universais para a “modernização do espaço urbano”, pois cada lugar tem suas necessidades e problemas específicos, passíveis de análise e intervenções que podem ser diferentes de um lugar para outro.

No entanto, com o seu desenvolvimento no decorrer do tempo e a ampliação das suas áreas de atuação, o Urbanismo ultrapassou a visão restrita aos planos de urbanificação¹², pois inclusive existe uma infinidade de conceitos, que tratam-no de forma mais abrangente, diferente das derivações mais comuns e interpretações herdadas dos seus primeiros conceitos, vindos da primeira metade do séc. XX, que concentram a abordagem sobre os problemas urbanos decorrentes deste período (migrações campo–cidade, higiene sanitária, infra-estrutura...). Ele passou a ter então, na sua essência, a preocupação com o estudo das relações da cidade com a sociedade que nela vive, e vice-versa e da cidade inserida num contexto regional e global, tendo seu espaço como resultante de transformações sociais, políticas e econômicas do mundo capitalista, inclusive do papel do Estado e de outros agentes que atuam no espaço urbano (as empresas, as instituições e é claro a população) e abrange ainda a questão da sustentabilidade socioambiental (GRAZIA e QUEIROZ, 2001).

¹² Requalificação e infra-estruturação do espaço urbano.

Desse prisma percebe-se então que Urbanismo ultrapassou largamente a esfera do ordenamento morfológico, não se limitando a uma simples técnica do engenheiro ou do arquiteto. Ele passaria a abarcar o campo da comunidade, da planificação social, pois a cidade reflete o estado da sociedade e nela é expressa também uma determinada concepção do mundo, devendo basear-se sempre, em primeiro plano, na melhoria das condições de vida aos habitantes da cidade (BONET CORREA, 1989).

O pensar nestas condições de vida deve abranger fatores diversos que não são apenas técnicos e estéticos, ou estético-funconais. Isto não quer dizer que as questões técnicas e estéticas deixem de ter importância, pelo contrário, devem ser objeto de análise, pois interferem diretamente na estrutura, na paisagem, e na qualidade de vida do espaço urbano, porém não devem ser o centro da questão urbanística, numa perspectiva reducionista, como muitos consideram.

O interessante é que sob uma visão mais ampla deve-se buscar entender o Urbanismo como o conjunto de ações voltadas ao planejamento, a gestão da cidade e ao ordenamento do uso e ocupação do solo urbano em várias escalas desde a escala local à regional, porém devendo haver uma abordagem multidisciplinar acerca do território (sob seus aspectos históricos, culturais, econômicos), de maneira transversal e multireferencial, envolvendo várias áreas do conhecimento e, sobretudo as questões políticas, de maneira que se possa alcançar a sustentabilidade sócio-ambiental urbana.

4.1 As diversas denominações possíveis então existentes

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, o Urbanismo recebe, às vezes, diversas denominações distintas, e um exemplo é a denominação *planejamento urbano*, sendo que este último se aplica ao planejamento de uma cidade individualmente abrangendo toda a ação do *estado* sobre o urbano e sobre o processo de urbanização, que seria o planejamento urbano *latu senso*, sendo uma denominação mais recente, e muitas vezes utilizada como substituição ao primeiro nas últimas décadas.

Vale ressaltar que estas confusões de terminologias relacionadas ao Urbanismo e ao Planejamento Urbano seriam motivo para uma outra abordagem mais aprofundada, pois em

países como Inglaterra e Estados Unidos a terminologia utilizada para denominá-lo é “*Urban Planing*”, “*Town Planing*” ou “*Urban Regional Planing*”. No entanto ressalte-se que segundo Souza (2002) Urbanismo e Planejamento Urbano não seriam sinônimos: “(...) nem o primeiro esgota o segundo. Infelizmente, mesmo planejadores comprometidos com um pensamento socialmente crítico, quando arquitetos, costumam, no Brasil, confundir as duas coisas (...)”.

Apesar de na maior parte das universidades brasileiras haver uma concepção “reificada” do termo, como indissociável da representação ideológica “moderna” da cidade enquanto espaço físico de transformações eminentemente estéticas, ou simplesmente como “arquitetura dos espaços urbanos” (RODRIGUES, 1986), ocorre lentamente um processo de amadurecimento de uma concepção que se aproxime de uma visão mais abrangente sobre a questão urbana numa forma multidisciplinar sobre o Urbanismo. Importante discutir também a sua vinculação ou confusão com o Desenho Urbano (*Urban Design*), que pode ser considerado um campo específico do Urbanismo (numa escala de planejamento intermediário), apesar muitos discordarem.

Em relação ao Desenho Urbano, diria com base em Kevyn Lynch (1960,1981, *apud.*: DEL RIO, 1990) que ele teria como objetivo principal estudar e propor soluções para o espaço urbano de acordo com a necessidade de formar categorias de análise para a produção da forma física (forma urbana) dentro de uma escala de tempo mais curta e de atuação menor do que o planejamento urbano, pois para este há uma busca por determinar a localização da infra-estrutura dos elementos estruturantes da cidade, não apenas no aspecto físico territorial, mas por leis e projetos estratégicos analisando para tanto a economia territorial que seria uma base para este planejamento. Segundo Del Rio (1990, p.52), o Desenho Urbano pode ser entendido como área específica de atuação do Urbanismo, porém caberia uma “reavaliação e recuperação acadêmica” do Urbanismo, visto que há um tratamento limitado neste sentido, que possa abordar a cidade de maneira multidisciplinar, com preocupação voltada para a organização ambiental e os processos sociais.

O Planejamento urbano é geralmente entendido como distinto do Desenho Urbano, sendo este comumente associado às questões de projeto na escala urbana, e aquele como sendo mais vinculado às políticas estratégicas. Já o Urbanismo, para muitos englobaria o Planejamento Urbano como Desenho Urbano, pois de acordo com a maneira tradicional que se pratica o mesmo o urbanista desenvolveria então trabalhos em ambas as escalas, e por isto o Urbanismo é utilizado muitas vezes como sinônimo para os dois termos.

Vale salientar também a existência do que poderia ser uma nova denominação, porém pode-se considerar uma corrente que surgiu na década de 80, após a Segunda Guerra Mundial, nos EUA, foi o chamado *New Urbanism* (Novo Urbanismo), inspirado nos padrões utilizados antes da Segunda Guerra Mundial, que não deixou de ser conservador nas suas premissas, isto considerando seus aspectos políticos e filosóficos, Segundo Souza (2002 , p.144):

“Sua idéia-força central é, na verdade, um esforço de compatibilização de desenvolvimento urbano, em seu sentido capitalista, com certos valores "comunitários" e com uma certa escala humana, enfim quase uma espécie de síntese entre a tradição antimodernista, tão bem simbolizada por Jane Jacobs(1994) e o pragmatismo mercadófilo, e isso tudo se acrescentando o estilo pós-modernista”.

O *New Urbanism* pode ser considerado como voltado para um planejamento físico-territorial (clássico e elitista), mais restrito, talvez por isto é que o *Congress of New Urbanism* (1999), realizado nos EUA, incorra da sua abertura interdisciplinar, apesar de no fundo animado por um tipo de profissional, o “arquiteto-urbanista” (Souza, 2002). Isto demonstra como podem existir vários conceitos, estejam eles reproduzindo idéias tradicionais do passado, ou tentando renová-lo de certa maneira com estas idéias, buscando, quem sabe, trazer uma evolução teórica ou até mesmo reinventar o conceito de Urbanismo dentro de uma corrente de pensamento.

Observa-se então que são criadas diversas denominações em torno do Urbanismo, seja no campo científico ou técnico (profissional), o que pode ser um objeto de uma questão epistemológica muito mais aprofundada, que não há como discutir na sua totalidade num breve artigo como este.

4.2 Algumas considerações sobre o Urbanismo no Brasil

Observa-se que no Brasil há o conhecimento de poucos registros de discussões mais aprofundadas sobre o Urbanismo enquanto campo do conhecimento e sua epistemologia. Muitos estudiosos apenas consideram o mesmo como mero ramo complementar da Arquitetura ou “Arquitetura-Urbanismo” e o reduziram muitas vezes a projetos arquitetônicos, ou de engenharia em grande escala.

Um exemplo de discussão interdisciplinar que aconteceu foi a Semana de Urbanismo de 1935, em Salvador, aonde se tratou entre os temas principais, o Urbanismo enquanto novo campo do conhecimento e área de atuação. Buscava-se esclarecer o que seria o Urbanismo como um dos objetivos deste evento, apesar de não haver referências teóricas suficientes, então o mesmo seria conceituado pela Comissão do Plano da Cidade do Salvador como a “ciência de ordenar e harmonizar os elementos estáticos e dinâmicos da cidade”(Comissão de Planejamento da Cidade do Salvador, 1937). Dentro deste conceito o zoneamento é apontado como um dos instrumentos essenciais para o ordenamento das cidades, embora este conhecido instrumento de planejamento físico-territorial seja utilizado para organização funcional do espaço urbano favorecendo a uma segregação espacial, o que o distorce, politicamente, como instrumento de planejamento urbano.

Embora tenha alcançado um nível de discussão teórica e conceitual mais amplo, multidisciplinar e interdisciplinar no final do séc. XX, o Urbanismo no Brasil ainda é pensado e praticado muitas vezes dentro de uma concepção tradicional, que o considera apenas como técnica de planejamento físico-territorial visando o ordenamento morfológico do espaço urbano, dentro de princípios estáticos e construtivos, essencialmente de projeto, o que pode levar muitas vezes a uma visão limitada do espaço urbano que se quer planejar, e logo sobre o pensar o Urbanismo. Então creio que vale a pena uma referência a Del Rio (1990) para falar que no contexto brasileiro é preciso se romper com a forma reducionista com que o Urbanismo é abordado fazendo-se, entretanto, uma reavaliação e recuperação acadêmica do mesmo.

Segundo Villaça (1999), muitas das ações realizadas na esfera do planejamento urbano no Brasil, nas décadas de 30 e 40, se chamavam de Urbanismo ou Planos de Urbanismo. Assim existiriam as seguintes definições para o mesmo:

- O conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade, e este sentido existe no Brasil desde a sua criação em 1910, na França;
- Um estilo de vida urbana, ou o estilo de vida na cidade;
- “... o conjunto das ciências - e supostas ciências - que estudam o urbano; este último só passou a ser utilizado no Brasil nas décadas recentes...”(VILLAÇA;1999,p.180).

Percebe-se uma certa “confusão” ao identificar o Urbanismo enquanto mero discurso, conjunto de ciências e supostas ciências, ou com políticas urbanas, que seriam as ações reais e as propostas, conseqüentes da ação do Estado, pois ele estaria inserido no campo da ideologia, dentro de adaptações para enfrentar novas situações, ou o agravamento das tendências para assegurar a hegemonia das classes dominantes (VILLAÇA,1999). Numa abordagem crítica feita por Erminia Maricato (2000; p.112) que diz que “... o Urbanismo brasileiro (entendido como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas...”, e assim se percebe o Urbanismo como instrumento de dominação e de idealização de uma cidade “moldada” aos interesses as elites, e isto se faz através da busca por uma modernização cidade e aplicação de zoneamento funcional das atividades, através de uma normatização do espaço urbano (SOUZA, 2003). Isto seria a idéia central do Urbanismo Moderno que se estende ao planejamento físico-territorial clássico em geral, e muitos autores consideram como a base do Urbanismo.

Tratando-se da história do Urbanismo, Villaça (1999) aponta que houve três períodos principais de planejamento das cidades brasileiras, que neste caso serão utilizados para demonstrar como o Urbanismo se desenvolveu historicamente no Brasil:

- Séc. XIX até 1930 – período marcado pelos planos de embelezamento e melhoramentos, herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia

- e destruiu a forma urbana medieval (ou colonial, no caso do Brasil)¹³.
- Entre as décadas de 30 até a década de 90, do séc. XX – o planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Enfoque para o zoneamento e organização físico-territorial das atividades no espaço urbano em decisões centralizadas.
 - Da década de 90, do séc. XX até os dias atuais: - é o período atual, que seria marcado pela reação ao anterior. Período pós-Reforma Urbana.

Ao final do século XIX, e nas primeiras décadas do séc. XX, o Urbanismo era considerado desde o ponto de vista meramente higiênico e sanitário, que seria a causa de, sobretudo, da necessidade de proteger, naquela época, o desenvolvimento das enfermidades tropicais (cidades com o Rio de Janeiro, Recife e Santos, podem ser consideradas como exemplos), passando pelo ponto de vista estético, existia a necessidade de construir novas capitais adequadas à importância de suas funções cívicas (a exemplo de Belo Horizonte) até se preocupar com os problemas de trânsito urbano (fluidez), e assim com a abertura ou ampliação de vias públicas (LODI, *apud* Whittick, 1975), sendo que nesta época destacou-se o trabalho de engenheiros e médicos, no estudo e na prática do Urbanismo¹⁴.

¹³ Seria o Urbanismo de Versalhes, de Washington, dos planos urbanísticos de Haussman (em Paris) e de Pereira Passos (no Rio de Janeiro), bem próximo das premissas do Urbanismo Moderno.

¹⁴ No que diz respeito ao ensino e prática profissional, segundo Lodi (*apud* Whittick, 1975, p.210):

“(…) no princípio eram os engenheiros, arquitetos e topógrafos, os únicos profissionais dedicados ao Urbanismo, profissionais que seguem prevalecendo na prática do planejamento urbano. Portanto, o Urbanismo foi uma disciplina que se converteu em matéria de estudo nas escolas de engenharia e arquitetura. Apareceu primeiro nos programas de estudo em forma de cursos dedicados a matérias de obras sanitárias para engenheiros civis e desenho geral para arquitetos. Numa fase posterior se criaram nas

Então se percebe que houve períodos em que o Urbanismo teve abordagens e práticas distintas (muitas vezes chamados de teorias urbanísticas) e que se aprimoram à medida que a própria sociedade (cidade) pede respostas e soluções adequadas à sua realidade. Porém a verdade é que muitas vezes a base esteve sustentada em modelos e concepções trazidas de fora do país, e que se refletiram em padrões para a formulação de planos de desenvolvimento urbano, que predominaram entre a década de 30 e 90, que enfocavam o planejamento físico-territorial. Grande parte deles não foi posta em prática e apenas serviam para referendar as ações das administrações municipais, e que em muitas vezes só abordavam os aspectos físicos, ou nada tinham a ver com a realidade¹⁵.

É importante ressaltar que neste período supramencionado a influência do conceito de Urbanismo Moderno foi tão significativo, que, mesmo havendo em períodos posteriores uma busca por uma aproximação mais crítica na maneira de pensar a cidade, ainda evidencia-se como o conceito tradicional e predominante quando se fala de Urbanismo. Por isto há uma reação ao Urbanismo praticado entre ao período de 1930 e 1965, a partir da década de 90 (séc. XX), como forma de romper com os paradigmas do período anterior, apesar de que muitas vezes se reproduz idéias e conceitos do passado. Porém atualmente aproxima-se de um novo paradigma para o Urbanismo dentro de um contexto, em que se busca, a partir de políticas urbanas democráticas, planejar e gerir a cidade, afastando-se do cientificismo e do paradigma modernista.

universidades departamentos acadêmicos específicos dedicados ao Urbanismo (...)"

Importante salientar que neste período entre o início do século XIX até final do séc. XX foram inclusive criados alguns cursos de pós-graduação em Urbanismo, ao final dos quais poderia se obter o título de "urbanista".

¹⁵ O plano urbanístico de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, é um exemplo clássico das idéias do Urbanismo Moderno, baseadas nos postulados da Carta de Atenas, porém foi executado e constitui até os dias atuais num dos seus maiores símbolos.

5. Conclusões

Construir um conceito de Urbanismo contemporâneo, de maneira crítica, e, sobretudo buscar fugir do campo ideológico e do paradigma tradicional é uma tarefa difícil, até pelo fato de se buscar o avanço nas discussões sobre a ciência, em busca de soluções comuns para os problemas urbanos, nos remete a questões políticas e sociais.

Pode-se acreditar que pensar no Urbanismo deve envolver um esforço de pensar as necessidades futuras, baseando-se nas lições do passado, a fim de buscar propostas e ações, seja a médio ou longo prazo, dentro de uma realidade sócio-econômica e política, de modo a oferecer melhores condições de vida a esta cidade e não se reproduzir padrões que muitas vezes não condiziam com a realidade.

Há que se entender que é de suma importância se discutir o seu conceito (afinal qual o Urbanismo de que se fala? E com que viés?), observando-se as críticas aos modelos de desenvolvimento urbano, além das experiências desenvolvidas. O conjunto de ações de intervenção no espaço urbano deve contribuir para o seu desenvolvimento e sua melhor qualidade de vida, adequando-se às suas necessidades e suas reivindicações coletivas. Porém é necessário romper com muitas das visões tradicionais que se revelam limitadas, o que até certo ponto tem sido superado nas últimas décadas. Só assim pode haver uma discussão do mesmo de forma crítica e abrangente, dentro de uma complexidade que nos leve a um conceito contemporâneo.

Referências

AGACHE, Alfred. Ed. Foyer Brésilien. Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento (Plano Agache).Rio de Janeiro,1930.

BARDET, Gaston. O Urbanismo.Tradução Flávia Cristina S. Nascimento. Papirus: Campinas, 1990.141p.

BONET CORREA, Antonio, Las Claves del Urbanismo, Ariel: Barcelona, 1989.

CHOAY, Francoyse. O Urbanismo, utopias e realidade, uma antologia. Tradução de Dafene Nascimento. Perspectiva: São Paulo, 1965.

COMISSÃO DO PLANEJAMENTO DA CIDADE DO SALVADOR. Conferências – Semana de Urbanismo, Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia – CEAB. Gráfica da Bahia: Salvador, 1937. 178p.

CORDIVIOLA, Alberto C.. Palestra sobre Epistemologia do Urbanismo, ministrada no auditório do Departamento de Ciências Exatas da Universidade do Estado da Bahia, em 08 de novembro de 2002.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. Pini: São Paulo, 1990.

GONÇALVES Jr. Antonio José; SANT´ANNA Aurélio; CARSTENS Frederico R. S. B.; FLEITH Rossano Lucio. O Que é Urbanismo. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.

GRAZIA, Grazia de, QUEIROZ, Leda Lúcia R.F.(et alii) A Sustentabilidade do Modelo Urbano Brasileiro. Um Desafio – Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE/IBASE, 2001.

HAROUEL, Jean Louis. História do Urbanismo./ Jean Louis Harouel; tradução Ivone Salgado –Papirus: Campinas, 1990.

LACAZE, Jean Paul. Os Métodos do Urbanismo. Tradução de Marina Apenzeller. Papirus: Campinas, 1993.

LE CORBUSIER. Urbanismo; Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 1.ed. Martins Fontes: São Paulo, 1992, 307p.

LEFEVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução Rubens Eduardo Faria Moraes. São Paulo: 1991. 145p.

LODI, Carlos. Práctica Profesional, enseñanza y formación e instituciones. In Whittick Arnold (Dir.). Enciclopedia de La Planificación Urbana. Traducida al espanhol por Joaquin Herbandez Orozco. Instituto de Estudios de Administración Local: Madrid, 1975.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. 1960.

MAZZAROLI, Leopoldo. In. MUKAI, Toshio. Direito e legislação urbanística no Brasil. Editora Saraiva: São Paulo, 1988.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otília. et alii. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.

PITANGA, Antônio F. de. O plagio do urbanismo do Sr. Agache. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 1928.

REVISTA POLITÉCNICA – COMISSÃO EDITORIAL DA USP ,
SIMENZA, Marco. O Que é urbanismo? Revista Politécnica. Escola
Politécnica da USP. Mês de edição 0102, nº 137, p. 221-226, São
Paulo, 1941. RODRIGUES, Ferdinando de Moura. Desenho Urbano:
Cabeça Campo e Prancheta. Projeto: São Paulo, 1986.
SAMPAIO, Antônio Heliodório de Lima. (Outras) Cartas de Atenas:
com textos originais/ Antônio Heliodório Lima. Quarteto Editora/
PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA: Salvador, 2001.
SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica
ao planejamento e à gestão urbanas. Bertrand Brasil: Rio de
Janeiro, 2002.
VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a história do planejamento
urbano no Brasil. In. DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli
Ramos(Orgs.). O processo de Urbanização no Brasil. FUPAM/
EDUSP: São Paulo, 1999.
ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias. Centro de Estudos de Sócio Urbanismo. Guia do
Urbanismo. Disponível em: <[http://www.urbanismo-
portugal.com/textos/guiadourbanismo/txt_gui_3.html](http://www.urbanismo-portugal.com/textos/guiadourbanismo/txt_gui_3.html)>. Acesso em
25/03/2004.
WIRTH, Louis. O urbanismo como forma de vida. apud: VELHO,
O.G. (Org.). O fenômeno urbano. 2ª ed Zahar : Rio de Janeiro, 1973.